

ALARGAMENTO DO ENSINO

① Tem sido o Ministério da Educação e Cultura absorvido, tal como aparece patente ao público, pela apreciação de incessantes e variadíssimos movimentos reivindicativos — muitos deles, como se tem verificado em outros sectores, manifestamente discutíveis. Não é de estranhar, como também em outros casos se verifica, que as realizações construtivas sejam retardadas nesse departamento governativo. Não é de estranhar, mas talvez seja de lamentar. O ano lectivo está praticamente encerrado, outro se iniciará dentro de três meses. E, entre outras coisas, poderá legitimamente perguntar-se o que será feito, até lá, em relação às novas Instituições universitárias ou para-universitárias que com tanto interesse e expectativa se aguardavam em diversas zonas do País. Como é sabido, previa-se a entrada em funcionamento das novas Universidades de Avelro, Minho e Lisboa-Sul e do Instituto Universitário de Évora, o que implica a implantação e equipamento dos estabelecimentos; a formação inicial e permanente de pessoal docente, investigador, técnico e administrativo; a organização pedagógica e científica das novas Universidades, envolvendo a estruturação dos departamentos de ensino e investigação; o estabelecimento de métodos e programas de ensino e o melhor aproveitamento dos recursos conseguidos; etc. Além disso, encontrava-se em estudo a preparação da entrada em funcionamento dos Institutos Politécnicos da Covilhã, Faro, Tomar, Setúbal, Vila Real e Leiria, destinados à formação técnico-profissional nos ramos de Indústria têxtil, construção civil, electromecânica, técnicas comerciais, administração, turismo, secretariado, agropecuária, silvicultura, indústrias alimentares, indústrias químicas, construção naval, bem como outros a definir de acordo com as necessidades de cada região, das Escolas Normais Superiores de Castelo Branco, Lisboa, Viseu, Funchal, Guarda, Bragança, Portalegre, Beja e Ponta Delgada, dos Institutos Superiores de Educação Física e de Educação Especial do Porto e de um novo Instituto Superior de Enfermagem. O programa era vasto, não se ignoravam (o houve quem as pusesse em devido relevo) as dificuldades da efectivação em condições condignas dos seus projectos. Mas não se desconhecia, também, a urgência de pôr em marcha sem demora os empreendimentos escolares projectados — o é para esse aspecto que convém chamar expressamente as atenções das entidades responsáveis. Ocorre, agora, que estão abertas as portas do País pela sua ressurreição democrática para o regresso de muitos valores docentes que se encontravam no exílio e que conviria, desde já, chamá-los ao exercício de funções universitárias no âmbito do programa que fora delineado. É isto, sem dúvida, um aspecto importante a considerar na vida portuguesa destes dias irrequietos mas esperançosos — e que por isso mesmo deveriam ser ferreiros.